



Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – AGOSTO DE 2015

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às dezesseis horas, na Sala de Cinema Humberto Mauro do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Leonardo Cerqueira, representante da Fundação de Cultura e Turismo, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com as presenças dos conselheiros representantes da mesma Fundação Maria Luísa Rocha Melo, Maria Luiza Retamal, Ana Carolina Maciel Vieira e Mariana López, estando presentes ainda a conselheira Juliana L. Troyack Santana, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; conselheiro Oudair Teixeira Azevedo, representante da Secretaria de Governo; conselheiro Thiago França, representante da Coordenadoria da Juventude; conselheiro Fabio Junior da Silva, representante da Secretaria de Esportes e Lazer; conselheira Wanderléya de Oliveira, representante do segmento de dança; conselheira Lourdes da S. Petronilho, representante da Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial; conselheira Sandra Regina M. de Lauro, representante do segmento de artesanato; conselheiro Ariel Barbosa, representante do segmento de cultura afrobrasileira, indígena e popular; conselheiro Carlos José Lima, representante do segmento de bandas marciais; conselheira Fernanda Ferreira e seu suplente Marcelo Valverde Xavier, representantes da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania; conselheiro Marcio Negócio, representante do segmento de teatro; conselheiro Leonardo Randolpho, representante do segmento de canto coral; conselheira Karin Pujol Bell, representante do segmento de cultura germânica; Aline Castella e sua suplente Regina Bortolini, representantes do segmento de audiovisual; conselheira Rafaela Elisiário, representante do segmento de cultura de rua, e conselheira Josana Valle, representante do segmento de artes plásticas. Também presente os visitantes Eliana R. Castilho (segmento de audiovisual). Justificada a ausência dos representantes do Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa. A reunião também contou com a presença da diretora-presidente da Fundação de Cultura e Turismo, Thais Ferreira.

Realizadas a leitura e aprovação da ata da assembleia ordinária do mês de julho.

Atendendo à solicitação da diretora-presidente da FCTP, Thais Ferreira, Leonardo Cerqueira comunicou a todos que a Lei Estadual da Cultura, que institui o Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, foi aprovada no dia vinte e cinco de junho, na ALERJ. Sugeriu que fosse articulada a criação de um grupo de discussão interno para apropriação desta Lei, que vem a garantir um investimento de 60% do orçamento destinado à cultura para projetos desenvolvidos nos municípios do interior do estado. Leonardo Randolpho perguntou se esta Lei é baseada na minuta divulgada anteriormente pelo estado, cujo conteúdo foi considerado muito simplificado, ao que Leonardo Cerqueira respondeu que houve uma boa articulação entre os fóruns regionais, que debateram bastante sobre isso, e que o da região serrana chegou a enviar documento à Secretaria de Estado da Cultura, questionando justamente o conteúdo desta Lei e encaminhando sugestões. Regina Bortolini relatou que o segmento de audiovisual também contribuiu, enviando uma minuta com metas que contemplavam inclusive outras regiões, além da serrana, voltando-se principalmente para a questão do patrimônio audiovisual e para a qualificação continuada. Leonardo Cerqueira ressaltou que a aprovação da Lei é uma vitória enquanto ferramenta da sociedade. Aproveitou para lembrar

sobre o e-mail enviado pela secretaria do CMC a todos os conselheiros, em que divulgava o curso, em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, através da FAETEC e da Fundação CECIERJ/CEDERJ, com ênfase na formação continuada, de gestores públicos e agentes culturais. E que este projeto é uma das ações do PADEC 3 e suas inscrições encerrarão no dia onze de agosto, com vaga para 01 (um) conselheiro municipal de cultura para o curso de modalidade EAD (formato semipresencial). As inscrições para o de modalidade MOOC (online) ainda estaria aberto livremente. Os cursos darão certificados de aperfeiçoamento e de qualificação profissional. Aline Castella havia manifestado seu interesse em preencher a vaga destinada ao conselheiro, e sua indicação para a inscrição foi validada. Leonardo Cerqueira informou que a FCTP indicou o seu nome e o de Mariana López para preencherem as duas vagas destinadas aos gestores públicos.

Foi comunicado o desligamento do representante titular do segmento de museus, Thiago Schoralick, da Cervejaria Bohemia, não ocupando mais, portanto, a respectiva cadeira, conforme documento anexo à ata.

Mencionada a confirmação das vacâncias das cadeiras de literatura e música, diante das ausências recorrentes de seus representantes nas reuniões, e de acordo com o que é previsto no Regimento Interno do CMC, muito embora não tenha havido de ambos os segmentos uma comunicação oficial neste sentido. Marcio Negócio destacou a importância de conscientizar as classes artísticas sobre o quanto é relevante a participação dos segmentos no Conselho. Leonardo Cerqueira lamentou o quanto é difícil os representantes tomarem para si a responsabilidade de serem conselheiros. Fez um apelo para que ajudassem na articulação de reuniões destes segmentos para que elejam seus representantes. Márcio Negócio sugeriu que sejam enviadas a instituições afins correspondências assinadas pelos conselheiros, no sentido de promover a conscientização e a participação de todos para o fortalecimento dos segmentos que estão sem representatividade.

Rafaela Elisiário mencionou sobre a troca de nomes que representam o segmento de cultura de rua, e Leonardo Cerqueira a orientou que fosse enviada à secretaria do CMC documentação registrando os novos indicados. Rafaela Elisiário aproveitou para divulgar a edição especial do Roda Cultural do CDC, que será realizada no dia vinte e nove deste mês, na Praça de Nogueira, tendo como programação um debate sobre o tema “Centro vs. Periferia”. Também anunciou que na próxima edição do Roda-Viva a discussão será a respeito de políticas culturais em Petrópolis.

Feita a leitura do ofício 002/2015, assinado pelos representantes do segmento de teatro, endereçado à presidência do CMC. Nele é solicitada a informação sobre o montante dos valores do Funcultura destinado ao referido segmento, tendo em vista a realização da Décima Mostra de Teatro de Petrópolis. Este documento está anexado à ata. Leonardo Cerqueira respondeu que no momento não há recurso disponível, por isso até que nenhum projeto está sendo votado. Leonardo Randolfo perguntou quanto ao repasse da FCTP ao Fundo, ao que foi respondido por Thais Ferreira que a parte que cabe à Fundação está sendo repassada. Complementou que esteve com o secretário de Fazenda, Paulo Roberto Patuléa, e que este confirmou que atualmente, por conta da crise financeira por que passa o país, nenhum fundo está recebendo repasses. Thais Ferreira disse ainda que a FCTP está honrando com os compromissos referentes aos projetos já aprovados via edital, e que vem tentando administrar a crise. E que ainda existe a expectativa de melhora a partir do segundo semestre do ano. Fernanda Ferreira corroborou com a fala de Thais Ferreira, mencionando a sua preocupação com a nova Lei 13019/14, que estabelece mudanças no regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, demandando um esforço do poder público em capacitar seus contadores, visando ao cumprimento da legislação. Leonardo Cerqueira completou que esta Lei burocratiza,

influencia e impacta nos repasses. Quanto à solicitação expressa no documento enviado pelo segmento de teatro, Leonardo Cerqueira esclareceu novamente que não está explicitado em nenhum documento de que existe uma quantia direcionada para cada um dos segmentos, e que a verba só é direcionada quando há a deliberação do CMC, sendo regra que seja por meio de edital público. Regina Bortolini sugeriu que fossem criados mecanismos que garantam que os projetos sejam realizados em tempo hábil, o que é dificultoso em se tratando de edital. Perguntou se é possível aprovar um edital para ser executado no ano seguinte, ao que foi respondido por Leonardo Cerqueira que sim, porém não tendo garantias de que ele seja realizado. Marcio Negócio sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho para discutir sobre estas questões, e que os segmentos procurem parcerias de iniciativas privadas também. Leonardo Cerqueira solicitou a opinião de Thais Ferreira quanto à validação da rediscussão desta dinâmica de direcionamento de gastos. Aline Castella observou que ainda não aconteceu uma política pública permanente de cultura, e que os projetos, por conta disso acabam perdendo a sua dimensão. Concorda também com esta discussão, uma vez que a Lei não é imutável. Thais Ferreira defendeu que o edital deva ser feito no próprio Conselho, e não na Diretoria de Cultura, pois não é possível o acúmulo de certas operacionalizações dentro da Fundação. Opinou que seja criado um grupo de trabalho que passe a elaborar editais semi-prontos a serem apresentados à FCTP. Leonardo Cerqueira solicitou que seja formatado este grupo de trabalho, no sentido de rever o funcionamento do Sistema Municipal de Cultura. Leonardo Randolfo observou que apesar de ser esta uma ferramenta brilhante, o Sistema não vem funcionando de forma prática, exemplificando que somente estão sendo executados por meio dele os projetos Ciranda das Artes e Som e Cristal.

Quanto à realização da Terceira Conferência Municipal de Cultura, Leonardo Cerqueira, com base nas discussões em assembleias anteriores, defendeu o tema Consolidação do Sistema Municipal de Cultura, pois acredita que a ação de consolidar é uma forma de melhorar o seu funcionamento, haja vista que o que antes eram ações isoladas de um governo, ao serem sistematizadas, passam a ter uma garantia maior para sua continuidade. Propôs cinco eixos de discussão, a serem validados pela presidência da FCTP, uma vez que o cargo de diretor de cultura está vago: 1) Controle social; 2) Ampliação e formação de plateia; 3) Cultura e juventude; 4) Financiamento cultural, e 5) Ações de médio e longo prazo para transformação do cenário da cultura.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 2ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Leonardo Cerqueira de Oliveira.

Petrópolis, 10 de agosto de 2015.

Maria Luísa Rocha Melo
2ª Secretária

Leonardo Cerqueira
Presidente